

Companhia Energética Potiguar

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente**

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Potiguar

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Potiguar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Potiguar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Em havendo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui ativos registrados no imobilizado no montante de R\$11.223 mil, com possível indicação de desvalorização. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Reconhecimento de receita

A receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras. Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$90.102 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve a incorporação da CEP Participações S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, Individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 6 de abril de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Antonio Marcos Lima Dutra
Contador
CRC nº 1 BA 021440/O-8

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	103	2.855	Fornecedores	13	3.084	15.186
Contas a receber	5	12.322	18.459	Empréstimos e financiamentos	14	27.981	21.851
Impostos a recuperar	7	1.100	554	Impostos a recolher	15	3.352	2.140
Estoques	9	14.863	15.275	Obrigações sociais e trabalhistas		1.158	1.230
Partes relacionadas	10	-	5.814	Dividendos a pagar	18	509	1.463
Outras contas a receber		<u>5.443</u>	<u>4.030</u>	Outras contas a pagar	16	<u>8.822</u>	<u>7.180</u>
Total dos ativos circulantes		<u>33.831</u>	<u>46.987</u>	Total dos passivos circulantes		<u>44.906</u>	<u>49.050</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos bancários vinculados	6	6.411	6.570	Empréstimos e financiamentos	14	41.988	36.530
Partes relacionadas	10	57.158	55.063	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	18.494	-
Impostos diferidos	8	494	615	Impostos a recolher	15	1.580	5.007
Contas a receber	5	1.911	-	Partes relacionadas	10	24.425	-
Outras contas a receber		<u>4</u>	<u>4</u>	Outras contas a pagar	16	<u>18.471</u>	<u>-</u>
Imobilizado	11	109.010	112.937	Total dos passivos não circulantes		<u>104.958</u>	<u>41.537</u>
Diferido	12	1.852	2.161	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	1	<u>7.055</u>	<u>-</u>	Capital social	18	30.004	11.095
Total dos ativos não circulantes		183.895	387.331	Reservas de lucros		<u>37.858</u>	<u>122.655</u>
				Total do patrimônio líquido		67.862	133.750
TOTAL DOS ATIVOS		<u>217.726</u>	<u>224.337</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>217.726</u>	<u>224.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	80.561	97.899
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	(48.662)	(64.106)
LUCRO BRUTO		<u>31.899</u>	<u>33.793</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(20.142)	(26.717)
Honorários dos administradores	20	(2.110)	(2.253)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	<u>23</u>	<u>88</u>
Total		<u>(22.229)</u>	<u>(28.882)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	15.152	11.260
Despesas financeiras	21	<u>(20.263)</u>	<u>(15.006)</u>
Total		<u>(5.111)</u>	<u>(3.746)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>4.559</u>	<u>1.165</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	22	(1.342)	(764)
Incentivo fiscal	22	786	615
Diferidos	22	<u>121</u>	<u>1.134</u>
Total	22	<u>(435)</u>	<u>985</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>4.124</u>	<u>2.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.124	2.150
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.124</u>	<u>2.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor dos dividendos)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Reservas de lucros			Total
					Dividendo obrigatório não distribuído	Incentivo fiscal	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		11.095	2.219	71.259	6.909	40.118	-	131.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.150	2.150
Destinação do lucro:								
Constituição de reservas	18	-	-	1.151	384	615	(2.150)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		11.095	2.219	72.410	7.293	40.733	-	133.750
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.124	4.124
Acervo líquido incorporado	1 e 18	4	1	(19.290)	-	(1)	-	(19.286)
Transação com acionistas	18	-	-	(6.777)	-	-	-	(6.777)
Destinação do lucro:								
Aumento de capital	18	18.905	-	-	-	(18.905)	-	-
Constituição de reservas	18	-	207	3.131	-	786	(4.124)	-
Dividendos (R\$33,52 por lote de mil ações)	18	-	-	(36.656)	(2.727)	-	-	(39.383)
Dividendos (R\$0,15 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(4.566)	-	-	(4.566)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		30.004	2.427	12.818	-	22.613	-	67.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.124	2.150
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	4.808	4.667
Valor residual de baixa de imobilizado	11	73	-
Juros de empréstimos e financiamentos	14	8.865	9.320
Amortização do custo de captação de empréstimos e financiamentos	14	512	366
Reconhecimento de custo de captação	14	-	(61)
Juros de contratos de mútuos	21	(7.577)	(8.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(121)	(1.134)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		4.218	11.913
Impostos a recuperar		5.423	7.155
Estoques		412	13.240
Outros		5.403	(2.322)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(12.102)	(7.424)
Impostos a recolher		(7.705)	(205)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(237)	(257)
Dividendos a pagar		(954)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		(72)	(69)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	14	(6.170)	(10.637)
Outras contas a pagar		9.219	801
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>8.119</u>	<u>18.970</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas		159	(106)
Aquisição de imobilizado	11	<u>(645)</u>	<u>(3.365)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(486)</u>	<u>(3.471)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	40.000	29.482
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(31.619)	(62.068)
Partes relacionadas		31.954	13.420
Pagamento de dividendos	18	<u>(50.726)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(10.391)</u>	<u>(19.227)</u>
Efeito de incorporação do caixa		6	-
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.752)</u>	<u>(3.728)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2.855	6.583
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	103	2.855
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.752)</u>	<u>(3.728)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Potiguar ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 09.439.128/0001-20, controlada pela Global Participações em Energia S.A., foi constituída em 19 de dezembro de 2007, tem sede em Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, e tem por objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME nº 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL, para geração a partir de janeiro de 2009.

As UTEs Potiguar e Potiguar III entraram em operação comercial em março de 2009.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, aliada a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2016 e 2017. Com isso, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, receita de geração variável de R\$33.869 (R\$56.877 em 2016), além da receita fixa pela disponibilidade das usinas no valor de R\$56.233 (R\$52.901 em 2016).

Nos exercícios de 2016 e 2017, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante negativo R\$11.075 (2016, R\$2.063). A administração prevê que a geração de caixa assegurada pelos contratos de energia vigentes é suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo.

Incorporação da CEP Participações S.A.

Em 28 de abril de 2017, foi aprovada a incorporação da CEP Participações S.A. (CEPP) pela Companhia Energética Potiguar (CEP), na data base de 30 de abril de 2017. Considerando que a CEPP detinha 20% do capital social da CEP, a incorporação foi realizada com aumento do capital social da Companhia. A incorporação é uma reorganização societária em que houve alteração acionária com a absorção dos sócios da incorporada pela incorporadora, mantendo-se a mesma estrutura de controle da Companhia sucessora. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas Companhias, já que a criação da CEPP se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CEPP pela CEP, só se tornou viável a partir da formalização da anuência de seu agente financeiro, Banco do Nordeste (BNB), sendo uma condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que considerou assegurado "equity" originalmente requerido, entre outras condicionantes.

A incorporação da CEPP pela CEP tem por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades fazem parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS

CIRCULANTES

Caixa e equivalentes	6
Outras contas a receber	39
Total dos ativos circulantes	<u>45</u>

NÃO CIRCULANTES

Outras contas a receber	6.777
Intangível (*)	7.055
Total dos não ativos circulantes	<u>13.832</u>

Total dos ativos	<u>13.877</u>
------------------	---------------

PASSIVOS

PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

Partes relacionadas	23.484
Outras contas a pagar	9.679
Total dos passivos não circulantes	<u>33.163</u>

Acervo líquido incorporado	<u>(19.286)</u>
----------------------------	-----------------

(*) Ágio pago pela CEP Participações S.A. na compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da ANEEL, quando aplicável.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 6 de abril de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado e diferido e impostos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia refere-se aos depósitos bancários vinculados.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia refere-se substancialmente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contratos de mútuo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando a taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante, mantidos até o vencimento e mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, Resolução ANEEL nº 474/12. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição e trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, eles são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realizou, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais e cíveis e a processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e a época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando ela pode ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrado com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do segundo leilão de energia nova realizado em 2007. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas e despesas financeiras

A receita ou a despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados*Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

No exercício corrente a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 1º de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 – Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Companhia aplicaram essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia possui como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 – Impostos sobre a Renda
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia já avaliou a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Impactos da adoção	A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios da IAS 39. Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários). Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma	CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas e, segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 – Arrendamento Mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um “direito de uso de um ativo” para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	89	13
Aplicações financeiras	<u>14</u>	<u>2.842</u>
Total	<u>103</u>	<u>2.855</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Títulos a receber	6.850	5.905
Energia gerada a faturar	<u>7.383</u>	<u>12.554</u>
Total	<u>14.233</u>	<u>18.459</u>
Circulante	12.322	18.459
Não circulante	<u>1.911</u>	-
Total	<u>14.233</u>	<u>18.459</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade "spot".

O valor contabilizado no ativo não circulante refere-se a venda de energia no mercado de curto prazo com perspectiva de recebimento acima de doze meses.

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização deste, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB	<u>6.411</u>	<u>6.570</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidas até o seu vencimento. Atualmente a remuneração é equivalente a 98% do CDI.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Programa de Integração Social - PIS	36	70
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	162	323
CSLL	8	-
IRPJ	833	84
Outros	61	77
Total	<u>1.100</u>	<u>554</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Alíquota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízos fiscais acumulados		2.787	3.477
Bases negativas acumuladas		3.425	3.776
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(1.784)	(2.075)
Diferido - despesas pré-operacionais		<u>281</u>	<u>328</u>
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		1.284	1.730
Total de bases negativas e diferenças temporárias		1.922	2.029
Imposto de renda	25%	321	432
Contribuição social	9%	<u>173</u>	<u>183</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>494</u>	<u>615</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		1.101	1.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(607)</u>	<u>(706)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>494</u>	<u>615</u>
Efeito no resultado do exercício		<u>121</u>	<u>1.134</u>

A expectativa da realização dos impostos diferidos, conforme o plano de negócios aprovado Administração da Companhia, está apresentado a seguir:

	2017			2016
	Diferido	Custo de captação	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
2017	-	-	-	-
2018	16	(100)	1.005	921
2019	16	(100)	-	(84)
2020	16	(100)	-	(84)
2021	16	(100)	-	(84)
2022 em diante	32	(207)	-	(175)
Total	96	(607)	1.005	494

9. ESTOQUES

	2017	2016
Óleo diesel	3.363	3.198
Almoxarifado	11.487	12.064
Outros	13	13
Total	14.863	15.275

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

			2017			2016		
	Ref.	Encargos incidentes	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
TEP Termoeleétrica Potiguar S.A.	(a)	CDI+3,6%	57.158	-	7.577	55.063	-	8.594
Jones Aranha de Sá	(d)		-	12.212	903	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes	(d)		-	12.213	903	-	-	-
<u>Conta-corrente</u>								
Candeias Energia S.A.	(b)		-	-	-	4.992	-	-
Global Engenharia Ltda.	(b)		-	-	-	2	-	-
CEP Participações S.A.	(b)		-	-	-	820	-	-
Total			57.158	24.425	9.383	60.877	-	8.594
Circulante			-	-	-	5.814	-	-
Não circulante			57.158	24.425	-	55.063	-	-
Total			57.158	24.425	-	60.877	-	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
Global Participações em Energia S.A.	(f)		-	16.433	-	-	-	-
Jones Aranha de Sá	(f)		-	91	-	-	-	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(f)		-	1.708	-	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes	(f)		-	262	-	-	-	-
Total			-	18.494	-	-	-	-
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(c)		-	744	(9.254)	-	846	(9.560)
Total			-	744	(9.254)	-	846	(9.560)

		2017			2016		
	Encargos						
Ref.	incidentes	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Outras contas a pagar</u>							
Água Limpa Energia S.A.	(e)	-	1.542	-	-	-	-
Areia Energia S.A.	(e)	-	1.294	-	-	-	-
Global Participação em Energia S.A.	(e)	-	5.370	-	-	-	-
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.	(e)	-	2.688	-	-	-	-
Total		-	10.894	-	-	-	-

- (a) Os valores registrados como mútuo com a Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP são remunerados com base na variação mensal do CDI, acrescida de juros de 3,6% ao ano.
- (b) Referem-se a pagamentos de gastos reembolsáveis.
- (c) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.
- (d) Saldo junto aos acionistas Djalma Fernandes e acionista indireto Jones Sá. No caso do acionista indireto Jones Sá, há ainda montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.
- (e) Refere-se a compra de prejuízo fiscal e base negativa das empresas do mesmo grupo econômico para adesão ao parcelamento PERT, através da opção IV, parcelando a entrada de 24% em 24 parcelas e quitando os 76% com prejuízo e base negativa sem redução de juros e multa.
- (f) Refere-se a instrumento particular de Adiantamento para futuro aumento de capital assinado entre as partes em 11 de julho de 2017 e em 25 de outubro de 2017.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

11. IMOBILIZADO

	Imóveis e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Taxas de depreciação	3%	3%	10%	17%	20%		20%	
<u>Custo corrigido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.229	101.998	446	333	33	11.563	95	141.697
Adições	-	1.959	1	13	-	1.383	9	3.365
Baixa/Transferências	1.007	(5.830)	(83)	7	-	(344)	76	(5.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	28.236	98.127	364	353	33	12.602	180	139.895
Adições	-	450	5	21	-	115	54	645
Baixa	(1)	-	-	-	-	(72)	-	(73)
Transferências	167	207	26	21	-	(631)	210	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.402	98.784	395	395	33	12.014	444	140.467
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(11.055)	(16.332)	(156)	(167)	(10)	-	(46)	(27.766)
Adições	(901)	(3.383)	(18)	(35)	(4)	-	(18)	(4.359)
Transferências	1.856	3.082	136	110	(2)	-	(15)	5.167
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.100)	(16.633)	(38)	(92)	(16)	-	(79)	(26.958)
Adições	(953)	(3.422)	(19)	(37)	(5)	-	(63)	(4.499)
Transferências	-	-	(135)	(90)	-	225	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.053)	(20.055)	(192)	(219)	(21)	225	(142)	(31.457)
Saldo líquido em 31 dezembro de 2016	18.136	81.494	326	261	17	12.602	101	112.937
Saldo líquido em 31 dezembro de 2017	17.349	78.729	203	176	12	12.239	302	109.010

A Companhia adotou as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com Resolução Normativa nº 474/12, por entender que elas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras. Para uma parte dos ativos imobilizados no montante de R\$11.223, com possível indicação de desvalorização, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável destes ativos.

Bens dados em garantia

A Companhia possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$108.317 em 31 de dezembro de 2017 (R\$112.229 em 2016), líquidos de depreciação.

12. DIFERIDO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas pré-operacionais	4.686	4.686
Amortização	<u>(2.834)</u>	<u>(2.525)</u>
Total	<u>1.852</u>	<u>2.161</u>

Refere-se a gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, os quais foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,67% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

13. FORNECEDORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CGTI Centro de Gestão e Tecnologia	159	-
Transcopel Transportes e Comércio Ltda.	-	1.403
Fator Seguradora S.A.	60	-
Venable LLP	14	5.930
BR Distribuidora	1.078	4.178
Instituto Avançado de Tecnologia	413	-
Global Engenharia Ltda.	744	846
Outros	<u>616</u>	<u>2.829</u>
Total	<u>3.084</u>	<u>15.186</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Encargos	Principal		Total	
					Circulante	Não circulante	2017	2016
Moeda nacional								
Banco do Nordeste - FNE	(a)	Dezembro de 2024	10% a.a. com bônus	181	6.162	30.840	37.183	42.734
(-) Custos de transação				-	(321)	(1.460)	(1.781)	(2.075)
Subtotal				181	5.841	29.380	35.402	40.659
Banco Safra - conta garantida	(b)	Janeiro de 2017	CDI + 6,06% a.a.	-	-	-	-	1.140
(-) Custos de transação				-	-	-	-	-
Subtotal				-	-	-	-	1.140
Banco do ABC	(c)	Maio de 2017	CDI + 3,62% a.a.	-	-	-	-	5.636
(-) Custos de transação				-	-	-	-	(25)
Subtotal				-	-	-	-	5.611
Banco BBM	(d)	Janeiro de 2018	CDI + 5,78% a.a.	-	-	-	-	11.032
(-) Custos de transação				-	-	-	-	(61)
Subtotal				-	-	-	-	10.971
Banco BBM	(e)	Setembro 2019	CDI + 4,65% a.a.	5.157	17.086	12.815	35.058	-
(-) Custos de transação				-	(284)	(207)	(491)	-
Subtotal				5.157	16.802	12.608	34.567	-
Total				5.338	22.648	41.988	69.969	58.381
Circulante				5.338	22.643	-	27.981	21.851
Não circulante				-	-	41.988	41.988	36.530
Total				5.338	22.643	41.988	69.969	58.381

- (a) O contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023.
- (b) Contrato de conta garantida com limite de crédito no valor de R\$5.000, para capital de giro de curto prazo. Os encargos financeiros incidentes equivalem a 100% da variação do CDI acrescidos de juros de 6,06% ao ano pagos mensalmente, caso venha a resgatar algum recurso, a partir de 27 de outubro de 2016 e finalizando-se em 25 de janeiro de 2017.
- (c) Contrato assinado em 6 de maio de 2015, no valor de R\$20.000, para capital de giro, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 3,62% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 1º de dezembro de 2015 e finalizar-se-ão em 2 de maio de 2017.
- (d) Contratos assinados em 28 de julho de 2016, com liberações de R\$12.600, para capital de giro de curto prazo, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 5,78% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 11 de agosto de 2016 e finalizando-se em 11 de janeiro de 2018. O empréstimo foi quitado pela Companhia em 2017.
- (e) Contrato da 1ª emissão da 1ª série de debêntures assinado em 15 de dezembro de 2016, com liberações de R\$40.000 em 20 de janeiro de 2017, sob regime de garantia firme e R\$15.000 sob o regime de melhores esforços de colocação, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 4,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 22 de outubro de 2017 e finalizando-se em 22 de setembro de 2019.

1º aditamento realizado em 22 de junho de 2017, reduzindo o valor da emissão para R\$40.000 sob regime de garantia firme. Mantendo-se as demais condições.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.362	46.617	91.979
Juros e variações monetárias provisionados	9.320	-	9.320
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(10.637)	-	(10.637)
Amortização dos custos de captação	366	-	366
Transferências	10.087	(10.087)	-
Captação de financiamentos	29.482	-	29.482
Reconhecimento de custo de captação	(61)	-	(61)
Pagamentos	<u>(62.068)</u>	<u>-</u>	<u>(62.068)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	21.851	36.530	58.381
Juros e variações monetárias provisionados	8.865	-	8.865
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(6.170)	-	(6.170)
Amortização dos custos de captação	512	-	512
Transferências	9.522	(9.522)	-
Captação de financiamentos	25.020	14.980	40.000
Pagamentos	<u>(31.619)</u>	<u>-</u>	<u>(31.619)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>27.981</u>	<u>41.988</u>	<u>69.969</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	7.272
2019	18.487	5.711
2020	5.870	5.711
2021	5.870	5.711
2022 em diante	<u>11.761</u>	<u>12.125</u>
Total	<u>41.988</u>	<u>36.530</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia estão garantidos por: (a) penhor dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); (c) penhor de 599 ações ordinárias (63,75%) da Companhia detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (d) autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios; (e) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (f) hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizada a termoeletrônica; (g) fundo de liquidez em conta reserva; e (h) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Índice requerido</u>
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R\$6.365

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

15. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS	75	56
COFINS	358	267
CSLL	14	135
Outros	197	180
Parcelamento PERT MP nº 783/17	<u>4.288</u>	<u>6.509</u>
Total	<u>4.932</u>	<u>7.147</u>
Circulante	3.352	2.140
Não circulante	<u>1.580</u>	<u>5.007</u>
Total	<u>4.932</u>	<u>7.147</u>

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, através da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar através de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente através de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.

O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A. O ganho total em função do deságio na aquisição, no montante total de R\$6.258, foi reconhecido no resultado financeiro. Os efeitos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Reconhecimento da dívida	22.569
Amortização da dívida com prejuízos fiscais e base negativa	(17.152)
Pagamentos	<u>(1.129)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.288</u>

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	6.978	7.180
Água Limpa Energia S.A. (i)	1.542	-
Areia Energia S.A. (i)	1.294	-
Global Participação em Energia S.A. (i)	5.370	-
TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (i)	2.688	-
Petrobras (ii)	9.419	-
Outras	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>27.293</u>	<u>7.180</u>
Circulante	8.822	7.180
Não circulante	<u>18.471</u>	<u>-</u>
Total	<u>27.293</u>	<u>7.180</u>

(i) Contas a pagar devido a compra de prejuízos fiscais, ver nota explicativa nº 10.

(ii) Contas a pagar devido à compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petrobras (ver nota explicativa nº 1).

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; dessa forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia é autora da ação, há duas causas com probabilidade de êxito possíveis, movidas contra o fornecedor Caterpillar Inc., com valor de causa estimado em R\$65 milhões, referente à reparação de danos causados por motogeradores comprados pela Companhia, e contra o Conselho Nacional de Política Energética, com valor de causa estimado em R\$12 milhões, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão, as quais não estão registradas nas demonstrações financeiras.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$30.004 (R\$11.095 em 2016) está representado por 30.004 (1.175 em 2016) ações ordinárias, sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

Acionistas	2017		2016	
	Quantidade de ações (milhares)	%	Quantidade de ações (milhares)	%
Global Participações em Energia S.A.	26.703	89%	940	80%
CEP Participações S.A.	-	-	235	20%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.000	10%	-	-
Djalma Nunes Fernandes Junior	300	1%	-	-
Total	<u>30.004</u>	<u>100%</u>	<u>1.175</u>	<u>100%</u>

Em 31 de março de 2017, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de reservas de incentivos fiscais no montante de R\$18.905.

Em 28 de abril de 2017, a Companhia incorporou a sua holding através de Ata registrada, aumentando seu capital social em R\$4, sua reserva legal em R\$1, diminuindo sua reserva de lucros retidos em R\$19.290, reserva de incentivo fiscal em R\$1 e adicionando a participação de outros acionistas.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, a reserva constituída totalizava o montante de R\$2.219. Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída uma reserva legal de R\$207, totalizando R\$2.427.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$22.613, após aumento de capital social de R\$18.905 e o reconhecimento do incentivo fiscal utilizado no ano no montante de R\$786 (R\$40.733 em 2016).

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	3.184	2.150
Reserva de incentivos fiscais	(786)	(615)
Reserva legal	(207)	-
Base para dividendos	<u>2.191</u>	<u>1.535</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>548</u>	<u>384</u>

Em 13 de fevereiro de 2017 a Administração aprovou em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a distribuição de R\$39.383 (R\$33,52 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente distribuídos.

Em 13 de novembro de 2017 a Administração aprovou em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a distribuição de R\$4.566 (R\$0,15 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, dos quais foram efetivamente distribuídos R\$4.057, restando registrado no passivo circulante dividendos a pagar R\$509.

Em 14 de fevereiro de 2017 em Reunião do Conselho de Administração da CEPP foi deliberado adiantamento de numerários a acionistas no valor de R\$6.777. Após a incorporação da CEPP pela Companhia, esse montante foi liquidado em contrapartida do patrimônio líquido.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2017 está apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.463
Dividendos propostos	50.726
Dividendos pagos	<u>(51.680)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>509</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de venda de energia:	90.102	109.778
Deduções da receita operacional bruta		
PIS	(1.557)	(1.943)
COFINS	(7.174)	(8.949)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	<u>(810)</u>	<u>(987)</u>
Total	<u>80.561</u>	<u>97.899</u>

20. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos e despesas com pessoal e honorários dos administradores	(5.299)	(5.736)
Materiais	(1.424)	(6.128)
Depreciação e amortização	(3.868)	(4.667)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(369)	(373)
Taxas de utilização do sistema de transmissão	(4.461)	(6.146)
Custos de operação e manutenção	(9.673)	(10.252)
Custos com óleos combustíveis	(27.066)	(36.416)
Arrendamentos e aluguéis	(171)	(230)
Custos e despesas com seguros	(628)	(743)
Despesas com viagens e comunicações	(247)	(336)
Serviços de terceiros	(1.111)	(2.052)
Assessoria e consultoria	(4.665)	(15.355)
Tributos	(10.257)	(4.645)
Outras	(1.652)	91
Total	<u>(70.891)</u>	<u>(92.988)</u>
Classificadas como:		
Custos de operação e manutenção	(48.662)	(64.106)
Despesas gerais e administrativas	(20.142)	(26.717)
Honorários dos administradores	(2.110)	(2.253)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	88
Total	<u>(70.891)</u>	<u>(92.988)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre aplicações financeiras	1.048	1.058
Juros de mútuo	7.577	8.594
Deságio na compra de créditos tributários	6.258	-
Outras receitas financeiras	269	1.608
Total de receitas financeiras	<u>15.152</u>	<u>11.260</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.865)	(9.320)
Despesa de juros de mora	(9.973)	(3.687)
Outras despesas	(1.425)	(1.999)
Total de despesas financeiras	<u>(20.263)</u>	<u>(15.006)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(5.111)</u>	<u>(3.746)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia adotou o regime de lucro real para apuração do IRPJ e da CSLL. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	4.559	4.559	1.165	1.165
Diferenças temporárias e permanentes:				
Lei do Bem	(870)	(870)	(1.206)	(1.206)
Amortização do diferido	(31)	(31)	(47)	(47)
Outras adições, líquidas	266	351	2.549	1.748
Base de cálculo	3.924	4.009	2.461	1.660
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(981)	(361)	(615)	(149)
Incentivo fiscal	786	-	615	-
Diferenças temporárias	121	-	1.134	-
Total de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(74)</u>	<u>(361)</u>	<u>1.134</u>	<u>(149)</u>

23. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Vencimento
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2	121.174	12/05/2018
Responsabilidade civil	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais	45.000	29/02/2018

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir mencionados:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, referentes a taxas de juros, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanha a variação próxima do CDI e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível – a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual à dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se à penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Ativos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	103	-	-	-	-	103
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	-	6.411	6.411
Contas a receber	12.322	1.911	-	-	-	14.233
Partes relacionadas	-	-	-	-	57.158	57.158
Total	<u>12.425</u>	<u>1.911</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>63.569</u>	<u>77.905</u>

Passivos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Fornecedores	3.084	-	-	-	-	3.084
Empréstimos e financiamentos	27.981	18.487	5.870	5.870	11.761	69.969
Impostos a recolher	3.352	1.580	-	-	-	4.932
Obrigações sociais e trabalhistas	1.158	-	-	-	-	1.158
Partes relacionadas	-	-	-	-	24.425	24.425
Outras contas a pagar	8.822	-	-	-	18.471	27.293
Total	<u>44.397</u>	<u>20.067</u>	<u>5.870</u>	<u>5.870</u>	<u>54.657</u>	<u>130.861</u>

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2017, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III	Contábil	Provável I	Possível II	Remoto III
<u>Passivo - Empréstimos e financiamentos</u>								
Banco BBM	Alta do CDI	6,39%	7,99%	9,59%	34.567	36.776	37.328	37.880
Total empréstimos e financiamentos					34.567	36.776	37.328	37.880
<u>Ativo - Aplicações financeiras</u>								
BNB, Santander e CEF	Baixa do CDI	6,39%	4,79%	3,20%	14	15	15	14
Total aplicações financeiras					14	15	15	14
<u>Ativo - Depósitos bancários vinculados</u>								
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Baixa do CDI	6,39%	4,79%	3,20%	6.411	6.821	6.718	6.616
Total depósitos bancários vinculados					6.411	6.821	6.718	6.616
<u>Receita</u>								
Receita de venda	Baixa do IPCA	3,94%	2,96%	1,97%	90.102	93.652	92.764	91.877
Total receita					90.102	93.652	92.764	91.877
Total líquido					61.960	63.712	62.169	60.626
Impacto no patrimônio líquido						1.752	209	(1.334)

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos; dessa forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a esses instrumentos.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.233, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$578), com vigência até o final da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$655), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só decorrem de desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2016

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$6.983.

Exercício de 2017

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$5.969;
- Compensação de transações de martres relacionadas com AFAC no montante de R\$18.494;
- Ajustes de incorporação, conforme apresentados na nota explicativa nº 1.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2018 o contrato de seguro da Companhia foi renovado com cobertura considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.